

Setúbal adverte para o perigo do imobilismo

**Da sucursal do
RIO**

O Brasil poderá permanecer condenado a um perigoso imobilismo, a ponto de não saber controlar seu próprio destino, se não adotar estratégias que definam claramente as competências dos setores público e privado, "que reconheçam o amplo universo das diferenças individuais e de cada situação específica, que revitalizem a esperança social e que recuperem a autoridade moral na liderança do processo econômico". A advertência foi feita ontem, no Rio, pelo presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, acrescentando que o preço da inércia pode ser algo mais do que "a simples camisa-de-força da ortodoxia monetarista e, até mesmo, a perda de autonomia e flexibilidade decisórias na definição das prioridades nacionais".

Ao participar com o economista Celso Furtado de debate sobre "Os Problemas Econômicos Brasileiros e a Dívida Externa", promovido pelo Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, Olavo Setúbal disse que a atual crise do País não pode ser resolvida pela comunidade financeira internacional dentro de uma perspectiva meramente quantitativa. Segundo acrescentou, a dimensão política da crise faz da eleição presidencial "a etapa fundamental de consolidação da obra de democratização, motivo pelo qual a maioria dos brasileiros repudia tudo o que possa viciar, perverter ou comprometer a afirmação da vontade democrática".

ESTABILIDADE

O presidente do Itaú destacou a importância do Brasil no processo de estabilidade do sistema financeiro internacional, devido a sua evolução industrial nos últimos 50 anos, motivo básico para que entidades como o Fundo Monetário Internacional, e países como os Estados Unidos apoiem o esforço para superar o colapso das contas externas. Após ressaltar que esta ligação ao Exterior está seriamente atingida pela redução das taxas de expansão das trocas internacionais e pela deterioração das relações de intercâmbio, afirmou que a maioria dos brasileiros já tem consciência de que "o encaminhamento de nossa crise exige, também, a redefinição imediata de nossa estrutura sócio-econômica".

Para Olavo Setúbal, numa sociedade com 125 a 130 milhões de habitantes, que cresce à razão de 2,4% ao ano, "é inviável que as decisões de política econômica sejam anguladas apenas e tão, somente pelo problema da dívida externa". Dessa forma, chamou atenção para o fato de que esquecer a manutenção do nível de emprego e de renda da força de trabalho, com responsabilidades governamentais precípuas, "é estimular a explosão social". O presidente do Itaú também defendeu a necessidade de uma reformulação nos métodos de cooperação e do sistema financeiro internacional, como forma de manter a soberania do Brasil. Na mesma linha de raciocínio ficou o economista Celso Furtado, para quem o País não tem poder de barganha, principalmente junto aos Estados Unidos. Furtado defendeu a moratória unilateral, enquanto Setúbal considerou adequada a renegociação a prazo maior.